



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Sessão Ordinária realizada no dia 27 de Abril de 2012, na Sala de Sessões da Câmara Municipal de Sines. -----

PRESENCAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Presidente: José Luís Martins Batalha (PS)

1º Secretário: Fernando Miguel Ramos (PS)

2ª Secretaria: Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo (PS)

- José Arcanjo Ferreira da Costa (MOV. SIM)
- Eduardo Luís Contreiras Pires (MOV. SIM)
- Hélder Estrela, em substituição de Helena Margarida R. C. Sales (MOV. SIM)
- Carlos Alberto Guerreiro Murta (MOV. SIM)
- Paulo Rodrigues Oliveira, em substituição de António Girão Meco (MOV. SIM)
- Isilda Natália B. Silva, em substituição de Mara Luzia S. G. Saramago (MOV. SIM)
- Filipe Manuel Cardoso Rodrigues (MOV. SIM)
- Ana Eugénia Santa Bárbara Ramos (MOV. SIM)
- João Grulha, em substituição de Nuno Miguel Nogueira do Ó Pereira (MOV. SIM)
- Carlos Alberto da Silva (PS)
- Carlos Rio Salvador (PS)
- Cátia Sofia Silva Salgado (PS)
- Miguel Paulo Ferreira Ribeiro (PS)
- José Félix da Costa (CDU)
- João Manuel Damas (CDU)
- Hélder Alexandre Gil Guerreiro (CDU)
- Célia Maria Bandeira, em substituição de Francisco Pereira Venturinha (PSD)
- José da Silva Raposo (MOV. SIM) - Presidente da Junta de Freguesia de Sines
- Luís Manuel Gil (PS) - Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

- João Manuel Martins Madeira (BE)

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINES:

Presidente: Manuel Coelho Carvalho (MOV. SIM)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Vereadores:

- Cármen Isabel Amador Francisco (MOV. SIM)
- António José Nogueira de Almeida (MOV. SIM)
- Nuno José Gonçalves Mascarenhas (PS)
- Idalino Sabido José (PS)
- Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco (CDU)

AUSÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINES:

Vereadores:

- Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos (MOV. SIM)

Eram 21:25h quando o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da sessão ordinária de 27 de Março de 2012. -----

A – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Neste ponto, nos termos do regimento, o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, pergunta aos munícipes presentes se pretendem intervir sobre algum assunto. Os Munícipes que entenderam intervir fizeram-no em seguida. -----

O Sr. Município Manuel Lança, refere que o Bairros Soeiro Pereira Gomes e 1º de Maio, apresentam sinais de avançada degradação, quer devido à ausência de obras de manutenção e reabilitação do espaço público, quer devido à ausência de obras de manutenção nas habitações e lojas. Nos últimos anos têm-se agudizado os problemas estruturais dos edifícios, passadiços, pontes e escadas que, nalgumas situações, põem em causa a segurança de pessoas e bens. -----

Deve-se responsabilizar os proprietários pelos espaços comuns, mas também a CMS pela manutenção dos espaços públicos. -----

Por outro lado, há uma entrada pirata no Bairro 1º de Maio que pode levar a que um dia exista uma situação grave de desastre. Por diversas vezes tenho falado deste assunto, mas agora fica em ata e para que conste. -----

Ainda em relação ao Bairro Soeiro Pereira Gomes, o Sr. Joaquim Fernandes que mora lá mandou fotografias ao Sr. Vereador a explicar situações que ali existem e que são fáceis de resolver. Há ali carros abandonados naquele Bairro há anos e ninguém faz nada para resolver o problema. Também lá está um canteiro cheio de lixo, onde um morador para ir para a sua casa tem que passar por esse canteiro de lixo. -----

O Sr. Município Carlos Espadinha, refere que informou esta semana a Câmara de uma situação que se está a passar e para a qual a câmara não fez nada. Quero alertar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Asssembleia também. Na passada semana foi apreendido em Sines setenta e cinco mil euros em pescado, os pescadores não podem apanhar determinadas qualidades de peixe mais de 20%, daquelas que são referenciadas. Desde o ano 2000 que andamos a tentar eliminar esta portaria e não se tem conseguindo, apesar de já ter havido reuniões com a delegação de pescas da Assembleia da Republica e com o próprio Governo. -----

Já no ano passado a pesca sofreu uma paralisação de um mês por causa da poluição. Os pescadores e os armadores foram prejudicados, durante todo este tempo não ganharam qualquer salário. -----

O Sindicato dos pescadores já mandou um ofício para a Sra. Ministra a denunciar esta situação. Também há situações de fome em Sines como eu não conhecia há mais de sessenta anos, na classe piscatória. -----

O Sr. Município Vítor Roque refere que, veio a esta Assembleia relatar fatos relacionados com irregularidades que a Câmara de Sines está cometer assim como violações ao nível do planeamento. Como morador e proprietário de um imóvel no loteamento da Nossa Senhora das Salvas, está a assistir há evolução de um imóvel que, considera, está completamente desprovido de qualquer licenciamento.

Quando esta obra começou com as escavações, falei com a técnica que poderia estar a dar o parecer que não me recebeu bem, falei com a Vereadora do Pelouro que ia analisar o assunto. Esta construção começou a evoluir sem qualquer alvará de construção, vem depois a Câmara dizer que a construção da escavação ia ser feita ao abrigo do artigo 81º, pode ser feita por decisão do Presidente. O que foi feito foi a estrutura do edifício, esta Câmara consegue ter licenciamentos supersónicos, consegue antecipar uma reunião de Câmara para fazer uma aprovação de um projeto dia 4 para no dia 5 estar emitido o alvará. Sr. Presidente, no dia 27 fiz um requerimento à Câmara a solicitar que emitisse uma certidão da licença de construção para saber se ainda podia colocar uma providência cautelar junto do Tribunal. Até este momento não tive resposta ao ofício, quero proceder quanto a colocar uma providência cautelar mas a Câmara não me dá a certidão. -----

O Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS, resume a intervenção do Município anterior dizendo que, basicamente, o que é dito pelo Senhor é que a Câmara não está a cumprir a Lei. Depois iremos ouvir a Câmara. -----

O Sr. Município Luís Lobo, refere que é o proprietário da construção em causa, naquilo que são duas parcelas que estão destacadas uma da outra, que não fazem parte do loteamento como o Sr. Vítor Roque diz. Mais informa que, começou a fazer os enchimentos para escavação periférica desde o dia 16-03-2012. Começou a colocar as madeiras e no dia 5 ao ter a licença começou a proceder aos trabalhos normais nestes casos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

O Sr. Município Bruno Silva, refere ser o autor do projeto de arquitetura, o projetista e o diretor do alvará em causa que cumpre as regras. Foi dito que o projeto de arquitetura estava violado mas tal não é verdade, pois foi deferido dia 15 e dia 16 foram feitas as escavações. -----

O Sr. Presidente da MAS José Batalha do PS, pede ao Sr. Vítor Roque para apresentar os documentos na Assembleia, que serão enviados às entidades. -----

Depois dá a palavra ao Sr. Presidente da CMS para resposta às questões levantadas pelos Municípios. -----

O Sr. Presidente da CMS Manuel Coelho do MOV. SIM, referindo-se há intervenção do Sr. Manuel Lança, diz que os planos de reabilitação que a Câmara aprovou para os Bairros 1º de Maio e Soeiro Pereira Gomes estão em aberto, bem como a questão da acessibilidade ao Bairro 1º de Maio. Inclusive, diz estar disposto a fazer uma visita ao Bairro para verificar todas as situações relatadas, reconhecendo que o dejetos de cão são um problema em Sines e que deve ser resolvido. -----

Quanto á questão do Sr. Carlos Espadinha, concorda que trouxe uma questão muito importante para Sines, que não é a primeira vez que há a intervenção de uma entidade fiscalizadora sobre esta matéria e espera que existam outras atitudes. A Câmara não tem competências nessa área, tomamos nota dessas questões e a Câmara tem o dever de agir politicamente junto das entidades do Ministério e também das entidades fiscalizadoras. Sabemos o estado em que a pesca está e os problemas dos pescadores. No contexto da atual crise referiu problemas dramáticos e todas estas questões deviam ser tidas em conta por essas entidades, pelo Ministério dessa tutela. Vamos agir em cooperação com a Associação de Armadores e Pescadores, com a Assembleia, porque é uma questão que diz respeito ao interesse de Sines, à Justiça e à defesa dos interesses dos pescadores. -----

Quanto à intervenção do Sr. Vítor Roque tenho alguma dificuldade em responder. A Câmara conhece muito bem o Sr. Vítor Roque desde o início dos meus mandatos e considero que, como cidadão e como técnico, teve algumas cruzadas contra as ilegalidades na Zil 2 e passou essa fase. Agora vem com alguns ataques à Câmara, faz alusões de que a Câmara tem varias atitudes e têm varias velocidades, isto quer dizer, no seu raciocínio, que a Câmara favorece uns e desfavorece outros. Não lhe admito isso. -----

A Sra. Vereadora Cármen Francisco do MOV. SIM, complementa que os Bairros 1º de Maio e Soeiro Pereira Gomes têm, de fato, áreas que estão degradadas e que são responsabilidade do Município mas não só. -----

Também deve ser dito que a entidade que criou o Bairro nunca cuidou do mesmo. Em duas décadas não ouve intervenção nenhuma naquele Bairro nem do IGAPHE nem agora do IHRU. Não faz sentido que seja o Município de Sines sozinho, por si só e em detrimento de outros espaços públicos a adquirir toda aquela responsabilidade. Tentámos durante meses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

que o IHRU entrasse numa parceria com a Câmara para fazer uma candidatura que possibilitasse fazer uma intervenção completa no Bairro. Pontualmente, há proprietários que vêm pedir ajuda à Câmara para interceder junto do IHRU, arrendatários que têm problemas de infiltrações nas suas habitações resultantes dos passadiços aéreos. O IHRU não tem respondido, mas vamos tentar que assuma aqui a sua parte de responsabilidade, juntamente com os proprietários que não podem ficar de fora da resolução deste problema. -----

Quanto à questão do lote do Sr. Luís Lobo, a parcela que está em construção tem a designação de “lote”, embora não o seja. O Sr. Vítor Roque pode ir ao seu processo e consultá-lo quantas vezes quiser, como aliás tem feito, pode pedir todas as fotocópias que quiser daquele processo e sabe que pode pedir qualquer processo que exista na Câmara Municipal de Sines, incluindo o loteamento do alvará 1/86 para poder verificar que de fato não abrange esta área de terreno, e não abrange também a habitação de que é proprietário o Sr. Vítor Roque. Não diga que o Município de Sines o impediu de apresentar uma providência cautelar, até porque não precisa da certidão do Município para o fazer. Mas pode dirigir-se aos serviços na segunda que a certidão será entregue. -----

Na próxima reunião de Câmara, quinta-feira, será presente uma informação que será enviada à CCDR, que nos solicitou esclarecimento. A Assembleia não têm competência nesta matéria mas, depois desta intervenção, será remetida aos Srs. Deputados por e-mail, e será enviada também ao munícipe Vítor Roque. Deixo aqui a garantia, não há qualquer ilegalidade, nulidade ou anulabilidade no processo licenciamento deste projeto. -----

O Sr. Munícipe Manuel Lança, quanto ao que disse a Sra. Vereadora sobre os espaços públicos, refere que se pronunciou quanto aos espaços públicos ocupados pelos automóveis e à entrada para o Bairro 1º de Maio. Era a isso que a Sra. Vereadora me devia ter respondido, devia era fazer com que aquela entrada fosse tapada imediatamente e que o trânsito fluísse pela entrada do Palácio Pidwel. Aquela entrada foi aprovada por unanimidade na Assembleia e ainda não foi revogada e portanto qualquer situação que aconteça ali é da responsabilidade da Câmara. -----

O Sr. Munícipe Vítor Roque, refere que quando se fala a mentira fica por baixo e a verdade fica por cima, quando se faz afirmações têm que saber o que se faz. E passou a ler a ata nº 43 de 1991 da CMS sobre o Plano Pormenor Nossa Senhora das Salvas. -----

O Sr. Munícipe Carlos Espadinha, refere que concorda com o que o Sr. Presidente da Câmara disse, mas gostava era que houvesse uma ação rápida da Câmara e da Assembleia para evitar que o dinheiro não fosse embora de Sines. -----

B – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Neste período o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, coloca à votação dos Srs.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Deputados a Ata nº 1 de 1 de Março de 2012, que foi aprovada por unanimidade. -----

Em seguida informa que foi efetuada uma auditoria à CMS, cuja documentação está disponível para consulta dos Srs. Deputados nos serviços da AM e é pública. -----

A **Sra. Vereadora Cármen Francisco do MOV. SIM**, alerta que a informação continua a ser confidencial, isto é, não é pública sendo apenas para consulta dos Srs. Deputados, porque da auditoria resultaram processos judiciais que ainda decorrem. -----

O **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS** agradece o reparo e corrige a informação. ----

A **Sra. Deputada do PSD Célia Madeira**, apresentou uma moção “No desafio do Desenvolvimento do País, o Distrito de Setúbal afirma presente!” (Ver anexo 1 desta Ata). --

O **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS** colocou esta moção à discussão pelos Srs. Deputados. -----

O **Sr. Deputado Ferreira Costa do Mov. Sim**, solicita esclarecimentos à Sra. Deputada Célia Bandeira sobre a moção, os quais são prestados, incitando à votação favorável da mesma. -

O **Sr. Deputado Carlos Salvador do PS**, considera que não compreende esta proposta até por sabermos que o aeroporto de Beja está a começar a sua atividade nos voos low cost. ---

O **Sr. Deputado Félix Costa da CDU**, corrobora as palavras do Deputado que antes falou sobre o assunto. Pergunta ainda, naquele contexto, qual vai ser o destino da Base Aérea do Montijo. -----

O **Sr. Deputado Carlos Silva do PS**, penaliza-se por não ter apresentado uma moção contrária a esta, mas no sentido de relevar a importância do Aeroporto de Beja, que, na sua perspetiva e do PS, permitirá desenvolver o turismo no Alentejo e Costa Alentejana. Propõe, por isso, que a Assembleia apoie antes a solução de Beja para este tipo de atividade e não a que é sugerida na moção. -----

O **Sr. Deputado Ferreira Costa do MOV. SIM**, considera que a aprovação desta proposta não terá qualquer efeito mesmo que seja aprovada. -----

O Sr. Deputado Carlos Silva reitera que prefere Beja, porque o documento fala de várias localizações, mas não refere essa. -----

O Sr. Presidente da MAS José Batalha do PS, intervém preferindo também a solução do Aeroporto de Beja. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados, o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, colocou o documento à votação. -----

A Moção apresentada pelo PSD foi rejeitada, com 12 votos contra (8 PS; 3 da CDU e 1 MOV. SIM)- Houve 8 votos de abstenção do MOV. SIM. A favor houve 1 voto do PSD e 1 voto do MOV. SIM (CDU). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

O **Sr. Deputado Carlos Silva do PS**, faz uma declaração de voto, informando que o PS por outros meios tomará as diligências necessárias para que a opção recaia sobre o Aeroporto de Beja. -----

Aproveita a sua intervenção para, sobre a questão que o Sr. Município Carlos Espadinha colocou no período destinado à intervenção do Público, incitar o Sr. Presidente da AMS a tudo fazer, junto dos organismos do setor, para que seja possível resolver aquele problema que já não é novo. -----

Propõe ainda que, sempre que sejam proferidas palavras de ofensa à AMS ou CMS por parte de quem usa da palavra, como aconteceu no caso do Sr. Eng^o Vitor Roque, o Sr. Presidente da AMS intervenha e evite que tal aconteça. -----

Sobre este último reparo, o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, considera que quem profere as palavras pelas mesmas se responsabiliza, salientando que nada pode fazer contra isso depois das mesmas já terem sido ditas. -----

O Sr. Deputado José Félix apresenta uma saudação ao 1^o de Maio, dia internacional do trabalhador. -----

O **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, colocou esta moção à discussão pelos Srs. Deputados. -----

O **Sr. Deputado Ferreira Costa do MOV. SIM**, associa-se á moção pelo momento presente de crise e dificuldades que as pessoas estão a passar e os trabalhadores em particular. -----

O **Sr. Deputado Carlos Silva do PS** e a bancada socialista subscrevem a saudação. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados, o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, colocou o documento à votação. -----

A proposta de saudação ao 1^o de Maio, foi aprovada por unanimidade. -----

O **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, dá a palavra aos Srs. Deputados para exporem sobre outros assuntos. -----

O **Sr. Deputado José Félix da CDU**, pergunta quais as implicações que estão a ter as obras em relação ao comércio e hotelaria, nomeadamente como estão a ser tratados os processo quanto a eventuais prejuízos. -----

O **Sr. Deputado Luís Gil do PS (Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo)**, alerta para as dificuldades que se vão colocar com mais um início da época balnear, bem como a questão dos esgotos que continuam com problemas. Informa que está em construção a estação de serviço para as autocaravanas, ainda que subsista um problema e que tem que ver com o fato de não estarem criados espaços para o estacionamento das mesmas. -----

O **Sr. Presidente da CMS Manuel Coelho do MOV. SIM**, pronuncia-se sobre as obras do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

centro histórico, reconhecendo que houve atrasos significativos com impactos negativos nos municípios e sobretudo no comércio local. A CMS tem dois deveres que é realizar as obras que são de interesse público, mas também proteger os interesses dos particulares, fazendo a avaliação e o seu ressarcimento. As obras estão na fase de colocação do pavimento. Até meados de Maio os arruamentos estarão prontos. -----

Sobre as afirmações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, reconhece que tem de ver com o serviço de águas sobre o abastecimento. Quanto às autocaravanas, também deve ser melhorado o serviço em Porto Côvo. -----

O Sr. Deputado Carlos Murta do MOV. SIM, fala sobre as obras de ampliação do molhe leste que todos temos apoiado. Mas há toda uma poluição que está a acontecer com a passagem dos camiões e que já havia alertado. Houve um abaixo-assinado para a câmara sem resultados. Pelo que, aqui e publicamente responsabilizo o dono da obra por quaisquer problemas de saúde que venham a acontecer com os utilizadores do clube náutico. -----

O Sr. Presidente da CMS Manuel Coelho do MOV. SIM, volta a falar sobre os prejuízos que as obras têm sobre os comerciantes. Foi pedido aos mesmos que apresentem-se elementos, tendo uns feito isso e outros não. Salienta, no entanto, que a autarquia tem limites e não pode deixar de obedecer à conformidade legal. -----

Por uma questão de necessidade de ser debatido o ponto nº 3 da ordem de trabalhos, pelo adiantado da hora, o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, propõe uma alteração à ordem de trabalhos, passando este ponto a nº 1. -----

A proposta foi votada e aprovada por unanimidade. -----

C – ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA. -----

Ponto 1: Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2011. --

O Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS, solicita à CMS que explicita a proposta apresentada aos Srs. Deputados. -----

Neste sentido, o **Sr. Presidente da CMS Manuel Coelho do MOV. SIM** faz uma intervenção escrita sobre o assunto, aqui reproduzida na íntegra. -----

A apresentação do Relatório de Gestão do exercício da Câmara referente a um ano de atividade (2011) – é um ato de relevante importância para o exercício do Poder Local Democrático. -----

Neste ato, o executivo da Câmara apresenta aos eleitos e à população os documentos que atestam o trabalho realizado respeitantes a um ano de atividade, os atos que praticou, as medidas que tomou; os recursos utilizados e os resultados conseguidos em realizações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

materiais e imateriais, em custos e proveitos para o Município, a população e o desenvolvimento do território. -----

Na análise e avaliação deste trabalho, é indispensável a compreensão do contexto; as circunstâncias e condicionantes em que mesmo foi realizado – e que resumidamente se elencam: O ano de 2011, foi um ano marcado pela mais grave crise económica com que este Executivo se confrontou e que se traduziu em graves problemas com redução de receitas, num montante de cerca de 4 milhões de euros na receita corrente; na impossibilidade de realizar receitas de capital previstas em orçamento na venda de património; redução de receitas por parte da Administração Central. -----

Mas 2011 foi também um ano de trabalho intenso nas áreas do Ordenamento do Território, desde a alteração dos Loteamentos e novos Loteamentos, aprovação dos Planos de Pormenor (Zona Norte; Zona Poente; Casa Pidwell; PP da Cidade Desportiva). -----

Quanto à realização de obras, destacam-se a estrada de Porto Covo; o novo Centro Escolar de Sines; as obras do Centro Histórico e Falésia; as obras nas Novas Avenidas; a entrada e Circular da Cidade de Sines e construção de 08 km de ciclovias; as obras de Reversão do Loteamento da Quinta dos Passarinhos; a reparação da Cobertura do Edifício dos Paços do Concelho; a requalificação do acesso e apoio de praia – Vale Figueiros (Vierinha); a construção de novas condutas de água para o depósito de Monte Chãos e da ligação depósito Monte Chãos à Estação elevatória de S. Torpes – para abastecer Porto Covo através das captações municipais; o estudo e identificação de novas captações de água para consumo humano; a execução de novos gavetões de cemitério; a repavimentação das ruas de Sines. -----

Foi aprovado o projeto e lançado concurso e adjudicação do novo Centro Escolar de Porto Covo – cujas obras estão em curso; aprovado projeto e adjudicadas obras de infraestruturas do troço final da via para a praia da Costa do Norte; concluídas as obras de cobertura e recuperação do edifício da antiga Estação de Caminho-de-ferro – Escola das Artes; aprovado projeto e adjudicadas as obras de incremento da eficiência energética para a Iluminação Pública da Cidade de Sines e das Piscinas Municipais – com previsão de redução de custos em centenas de milhões de euros/ano; novas aquisições e colocação de contentores enterrados e ecopontos na cidade de Sines e em Porto Covo; concluído Pavilhão Multiusos de Porto Covo; a preparação do início das obras do novo pavilhão dos desportos de Sines, a realização de projeto e lançamento de concurso da via circular Norte de ligação da nova Rotunda Norte – à ZIL – 2 para desviar o trânsito de pesados da entrada de Sines; a preparação da candidatura do Pavilhão das Novas Energias para ensino e formação profissional e novas energias junto ao SinesTecnopolo (já em obras). -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

A realização do grande festival Músicas do Mundo e desenvolvimento da Escola da Música de Sines, de âmbito Regional; a preparação de apresentação de candidaturas (já aprovadas) para apoio ao FMM e à Escola da Música em valores de centenas de milhões de euros; apoio à Associação Caboverdiana na preparação e apresentação da candidatura do novo Centro Social para acolhimento e apoio às atividades associativas, culturais e de formação profissional no âmbito na interculturalidade – já aprovada. -----

Uma parte importante destas obras já está ao serviço da população e da valorização do território e qualificação da cidade. As que estão em curso e em projeto completarão um ciclo que ficará na História de Sines como o maior esforço e também o maior contributo para transformar Sines num território atrativo e com qualidade de vida. -----

A par desde esforço em projetos e obras estruturantes, trabalhamos e lutamos para conseguir a aprovação da candidatura e assinatura do contrato de financiamento para o novo Centro de Saúde – cujo projeto está pronto para o lançamento do concurso – aguardando do Sr. Ministro das Finanças, ordens para lançar o concurso e concretizar a sua construção. -----

No que respeita às chamadas conta de gerência e execução orçamental – invoco de novo o contexto de 2011 num quadro de grave crise económica com repercussões financeiras graves na execução orçamental e no equilíbrio financeiro. Assim, nas chamadas receitas correntes sofremos uma redução de 4 milhões de euros, em relação às receitas de 2010 e menos de 3.200.000 € que em 2008. No entanto o resultado entre as receitas correntes – 16.466.617 – e as despesas correntes = 14.768.600 € - significa - uma diferença considerável ... = 1.700.000 €. Há assim um decréscimo de despesas correntes de 14,67%. Em contraponto temos uma receita de capital de 6.212.000 € e uma despesa de capital (investimentos) de 8.705.000 – que representa um aumento de 50% relativamente a 2010 – aqui com um deficit de 2,5 milhões. Neste quadro conseguimos uma redução do endividamento de médio longo prazo de 02 milhões de euros. Procurámos introduzir medidas de contenção de custos e redução de despesas que já tem expressão na redução do nº de trabalhadores, com uma redução de despesa com pessoal de 6.21%. No que respeita aos níveis de endividamento (para além do esforço já referido na redução de 02 milhões de euros nas dividas de médio e longo prazo) aparece um montante de divida total de 29.225.254 €. -----

Se fizermos uma análise mais cuidada concluímos que estes valores não traduzem a realidade, tendo em conta que eles englobam 1.568.000 € referentes ao Polis que não representam um divida nem um compromisso da Câmara. No mesmo montante estão também inscritos um valor de cerca de 2 milhões e 500 mil euros - Águas de Santo André e ADSE que a Câmara contestou em Tribunal, não assumido o seu pagamento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Assim, para nós o montante da dívida atual será da ordem dos 25 milhões de euros (**página 24 do Relatório ROC**). -----

No entanto e apesar do contexto de constrangimentos e restrições financeiras que fomos obrigados, neste período foram executadas obras pela Câmara ou sob a sua responsabilidade que rondam os 12 milhões de euros, e que, para não haver dúvidas se enumeram: Escola n.º 1 – 2.4 milhões; Estrada de Porto Covo 2.80 milhões; Regeneração Urbana 2,5 milhões; Conduções de água 500 mil €; Via de Entrada de Sines e Circular Norte – 3.5 milhões; Pavilhão Porto Covo – 500 mil euros e outras atrás referidas. -----

Com estas obras realizadas e os projetos em curso para concluir em 2012, além da valorização do território e da qualificação dos Centros Urbanos, elas vão representar poupanças futuras (a curto prazo) de muitas centenas de milhões de euros; poupança de energia; poupança em reparações de vias e de escolas; poupança de água e de custos na autonomia do município que deixará de comprar água a custos exorbitantes – o que se vai traduzir na redução de despesas e melhoria das receitas. -----

A par destes investimentos estamos preparados para continuar a concretizar um programa de redução de despesas e melhoria do desempenho dos serviços da Câmara; vamos lutar com todos os municípios portugueses pela defesa do Poder Local Democrático; contra as leis que pretendem reduzir o Poder Local Democrático e as Câmaras a meras extensões do poder central. -----

Vamos continuar a trabalhar e lutar pela melhoria do ambiente, e pela realização das grandes obras públicas e privadas desde a Expansão do Terminal Portuário de Contentores e Carga Geral; pela execução da nova ferrovia de mercadorias; pela atração de investimentos para o turismo, as indústrias, as atividades logísticas e serviços. Por um Concelho e uma Região de excelência, de produção de riqueza e de postos de trabalho. -----

Para isso é necessário um esforço conjugado de todos os eleitos dos órgãos e autarquias locais para se encontrarem as melhores soluções e se concretizarem projetos para o desenvolvimento; a afirmação de Sines e a qualidade de vida das pessoas. -----

Espero que os Senhores Deputados façam a devida avaliação de esforço deste executivo e, com as vossas críticas e propostas contribuam para a melhoria deste trabalho. -----

O **Sr. Deputado Carlos Silva do PS**, sobre o assunto em apreço, também faz uma intervenção por escrito que se transcreve. -----

A situação é cada vez mais difícil e a gestão de qualquer município está ameaçada por cortes de receitas impostas pelo governo e pelas consequências da grave crise que o país e a Europa atravessam. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Neste contexto exige-se uma gestão muito mais rigorosa. Aliás sempre fomos defensores do rigor na gestão mesmo sem estarmos nesta difícil situação. -----

O Executivo da Câmara, embora muito tardiamente, também começou a perceber que não era possível continuar com o estilo de gestão desleixada a que nos habituou durante décadas. -----

Reconhece-se pois que, algumas medidas foram tomadas e com alguns resultados significativos. Mas a adoção de medidas rigorosas é um processo difícil e é quase uma questão de cultura ou pelo menos de hábitos. Uma máquina que não estava habituada à prática do rigor leva muito tempo até entrar nesse novo registo. -----

A situação desta Câmara é pois extraordinariamente difícil. Com uma dívida de quase 30 milhões de euros com uma execução de receitas e de despesas que ronda os 44% do previsto e com apenas 0,05 % de vendas de bens de investimento relativamente ao previsto. É este o contexto em que nos pronunciamos relativamente à prestação de contas de 2011. -- Com o volume de obras que estão em curso o aumento de endividamento era espectável. Obras que em geral apoiamos por considerarmos serem (nos próximos 10 anos) uma última oportunidade para modernizar a nossa cidade e o nosso concelho com intervenções, algumas delas, há muito indispensáveis. -----

Mas o que está aqui em causa hoje não são, para nós, as obras mas a gestão do município. Uma gestão que não consegue receber mais de 3 milhões de dívidas de terceiros. Uma gestão que, simbolicamente, não consegue (ao contrário do que fez noutras áreas) reduzir despesas de publicidade e de divulgação das atividades do município, continuando com a política dos outdoors, hoje em dia, bastante criticável e sem qualquer justificação que se possa aceitar. Uma gestão que apresenta um saldo de gerência negativo em mais de 800 mil euros. Uma gestão que, alertada sucessivamente pelos revisores oficiais de contas para a necessidade de implementar um sistema informático de faturação, até agora ainda não o conseguiu. -----

Neste último ano foram feitos esforços, que de novo aqui reconhecemos, para uma gestão mais rigorosa. Porém ainda permanecem falhas que não podemos aceitar e por isso votamos contra, não contra os papéis das contas aqui apresentadas, mas contra uma gestão ainda insuficiente para merecer o nosso voto favorável ou mesmo a abstenção. -----

O Sr. Deputado Ferreira Costa do MOV.SIM, também se pronuncia por escrito sobre o assunto da prestação de contas relativas a 2011, que se reproduz na íntegra. -----

Mais uma vez, mais um ano, estamos na Assembleia Municipal de Sines para apreciar a Gestão do Executivo Municipal. Com uma oposição na sua maioria construtiva e uma bancada que representa a mesma força política do executivo – o movimento SIM, o qual não estando integrado em nenhum Partido político, não tem constrangimentos nem pretende combatê-los, antes entendeu que, com esta forma de fazer política, poderia melhor



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

representar a população de Sines e concretizar de forma mais livre e objetiva projetos e ações a favor de Sines. -----

Estão assim os deputados Municipais do Movimento SIM, firmemente empenhados em apoiar o executivo na concretização dos seus objetivos, dos seus projetos e do seu programa eleitoral. Claro que, ao analisar o relatório de gestão, não faltarão às diversas oposições motivos para criticar o executivo, cumprindo o seu papel, embora muitas vezes nestas alturas, as críticas não sejam objetivas e apenas pretendam destacar o que correu pior. -----

É claro que nós, Movimento SIM, faremos o contrário, ou melhor, sem omitir que nem tudo correu como desejado e previsto, destacaremos o que de melhor foi feito. -----

Assim poderemos começar, pelo que correu mal: As receitas correntes e de capital, ficaram muito abaixo do valor orçamentado. Nas receitas correntes, as razões foram o IMT que baixou 465.000,00€ em relação a 2010 (naturalmente que está aqui refletida a diminuição das transações imobiliárias, sobretudo de habitações); a Derrama baixou cerca de 1.400.000,00€ também em relação a 2010, ou seja, a arrecadação de impostos diretos foi inferior em 1.830.000,00€; Também nos impostos indiretos a receita foi reduzida em cerca de 2.630.000,00€. -----

Assim, embora tenha aumentado em cerca de 400.000,00€ a receita proveniente de venda de bens e serviços, no cômputo geral, a diminuição de receitas correntes foi superior a 3.900.000,00€. -----

Nas receitas de capital, destaco como negativo a incapacidade de venda de património. Sim, incapacidade, não por culpa do Executivo, mas da situação económica do País, que não permite aos cidadãos ou às empresas a obtenção de acesso a crédito para aquisições de habitação ou para outros fins; por isso, também aqui, mesmo em relação a 2010, em que as dificuldades de venda já eram evidentes, a redução proveniente da venda de bens de investimento foi de : 700.000,00€; -----

Esteve previsto, foi feita a candidatura, a C.M.Sines cumpria todas as exigências, mas com a tomada de posse deste Governo, tudo se gorou. Refiro-me a um empréstimo do BEI – Banco Europeu de Investimento, que estava negociado pelo Governo Português, cujo montante para Sines seria de cerca de 2.500.000,00€ e era destinado a suportar a maior parte dos encargos Municipais com as obras financiadas por fundos comunitários. Razões invocadas principais: não autorizar os Municípios mais endividados a contraírem novos empréstimos. – Ora, como se costuma dizer, alterar as regras a meio do jogo, não vale! -----

Na verdade, o Governo anterior tudo tinha feito para incentivar os Municípios a promoverem investimentos, era preciso e urgente utilizar o máximo de fundos comunitários, cuja percentagem de execução estava extremamente baixa, e o Governo “contava” com os Municípios como as principais entidades capazes de alterarem esse estado de coisas! Uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

das medidas logo tomadas foi de aumentar as comparticipações para 80% e a outra foi de negociar com o BEI um empréstimo de 350.000.000,00€ para apoiar os Municípios nesse esforço de investimento. -----

Francamente, quem não aproveitasse estas condições excecionais, não estaria a fazer um bom serviço ao seu Concelho. Assim, Sines aproveitou todas as oportunidades de candidaturas, adjudicou o máximo de empreitadas, cujas obras estão em curso. -----

O que correu mal aqui? O aumento das dificuldades da Câmara em cumprir com os prazos de pagamento e logo refletida no aumento de dívidas a fornecedores, que é evidenciada neste relatório de gestão. Ou seja, não obteve financiamento, já tinha a maioria das empreitadas adjudicadas, não aumentou o endividamento bancário, aumentou-o a fornecedores! -----

A redução das transferências do Orçamento de Estado; -----

O aumento do IVA, o qual só na energia elétrica em 2012 atingirá cerca de 200.000,00€; -----

Agora, podemos passar para **o que correu bem, mas foi mau:** -----

Os encargos com pessoal reduziram cerca de 550.000,00€, mas em contrapartida o número de trabalhadores reduziu em 62 postos de trabalho e foram impostos cortes no subsídio de natal a muitos trabalhadores; -----

A aquisição de serviços reduziu quase 1.500.000,00€, mas não quer dizer que tudo é redução de despesas, pois uma parte está na dívida a fornecedores que aumentou; -----

Então agora **o que correu bem:** As receitas de capital aumentaram em 2.800.000,00€, mas ainda mais importante é que a execução, ou seja as despesas de capital aumentaram 3.000.00,00€, e ainda que o investimento superou em 2.500.000,00€ a receita arrecadada; --

A evolução das receitas provenientes de fundos comunitários totalizou em 2011 - 3.734.329,00€, mas estariam na data de 31 de Dezembro faturados mais cerca de 2.000.000,00€ , cujos pedidos de pagamento já transitaram para 2012, e também estará aqui uma parte importante das dívidas a fornecedores. -----

De fato, faturas de empreitadas de Outubro, Novembro e Dezembro de 2011 e até outras mais antigas, não obtiveram comparticipação nesse ano, transitando para 2012, sendo que cerca de 1.000.000,00€ de comparticipações, deveria, se fossem cumpridos os prazos, ter entrado nos cofres do Município ainda em 2012. -----

O elevado número de candidaturas aprovadas e de obras iniciadas, sendo o valor elegível participado por fundos comunitários, entre 80% e 85% de cerca de 20.000.000,00€, o que, deve dizer-se, repartido por 2011/2012 e 2013, é um investimento incomparável com outros anos. -----

Mas há mais, a acrescentar às obras comparticipadas por fundos comunitários, o investimento na Alameda Panorâmica da Costa do Norte será financiado quase na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

totalidade, no valor de 920.000.00€, pelas Estradas de Portugal, fruto de uma boa negociação da Câmara, em particular do seu Presidente, que obteve a aprovação deste financiamento; -----

Ainda, sem custos de investimento para a Câmara, a alteração importante e de enorme mais valia para Sines, do troço da A26 entre a Rotunda da Barbuda e o viaduto da Estrada da Costa do Norte, que já está em conclusão e que vem dignificar a entrada em Sines, e permitir futuras ligações à ZIL 2 e à área Comercial, além de, com a sua desclassificação, permitir a livre circulação nesse troço de bicicletas, motorizadas e viaturas agrícolas, e ainda incluir uma fantástica ciclovia e via pedonal; não menos importante, porque se trata de um equipamento de elevada necessidade para Sines, a construção do novo Pavilhão desportivo, cuja obras já estão adjudicadas, o qual corresponderá a um investimento superior a 4.000.000,00€ e não exigirá participação da Câmara nos custos da sua construção e equipamento. -----

Finalmente, e não menos importante, há que destacar que o endividamento bancário, mesmo com todas estas vicissitudes, diminuiu em 2.000.000,00€ o que corresponde a cerca de 12%. -----

Alguém mais especialista que eu, poderá fazer outras leituras dos diversos indicadores de gestão apresentados. Os dados são completamente transparentes e permitem essas análises. -----

Por nós, procuramos analisar aqueles que consideramos mais relevantes e mais compreensíveis para a maioria dos cidadãos. Fizemos uma apreciação da gestão financeira e nem tão pouco abordamos o relatório de atividades. A Assembleia Municipal, além de acompanhar a sua execução ao longo do ano, dispõe agora de um conjunto de informações que constituem um relato quase completo de tudo que foi feito. Também os Sineenses poderão apreciar essa execução, pois o documento agora em apreciação será tornado público. -----

Não queremos porém terminar sem tecer um elogio ao nosso executivo. Já tive oportunidade de o expressar. Não gostaria de ter responsabilidades executivas nesta altura, como já tive no passado. -----

Considero que as medidas deste Governo, para com as Autarquias têm sido de desconsideração, ofensa e desconfiança. Não há dia, em que não surjam medidas legislativas, que não atinjam as Autarquias. Ou é redução de transferências do Orçamento do Estado, ou é aumento do IVA, ou redução de remunerações aos trabalhadores e aos eleitos ou redução de Chefias. Não há paciência! -----

Vejamos só esta medida de redução de chefias. Cada vez a legislação é mais exigente, o que é positivo na responsabilização das chefias na gestão, e no seu cumprimento das normas e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

regulamentos, ficando sujeitos, bem como os membros do executivo a multas e outras penalidades; por outro lado, o Governo também se propõe legislar, reduzindo o número de eleitos nos órgãos do Município! Então eu pergunto? -----

Como será depois? A Câmara tem que reduzir o número de chefias, e com um número mais reduzido de eleitos, quem é que se vai responsabilizar pela gestão Municipal? De quem será a responsabilidade dos eventuais erros de gestão? Do Presidente da Câmara? Dos Vereadores? Da Assembleia Municipal? -----

Francamente, como já ouvi e concordo, dá vontade de entregar tudo ao Governo! Não acredito que tudo esteja a ser feito de boa fé. Há uma sobrançeria do Governo para com as Autarquias, inqualificável. -----

Com esta política, não dá vontade de colaborar. -----

Só uma grande generosidade, muito trabalho, um grande espírito de sacrifício e uma grande determinação, podem dar forças ao executivo que apoiamos para prosseguir com todos os seus projetos, em favor do nosso Concelho. -----

Contamos que nestas batalhas, os trabalhadores da Autarquia, mesmo com os cortes que também têm sofrido e não são poucos, desenvolvam o seu trabalho com profissionalismo a favor de Sines; -----

Contamos também, que todas as Associações do nosso Concelho, saibam compreender as reduções e os atrasos, nos apoios que recebem; -----

Da mesma forma, apelamos aos fornecedores do Município, sobretudo aos locais, que compreendam as dificuldades deste período, que contamos todos, seremos capazes de ultrapassar. -----

Finalmente, e para que fique expresso, damos o nosso voto favorável ao relatório de gestão do Município de Sines, de 2011. -----

O Sr. Deputado José Félix da CDU, pronuncia-se sobre o assunto em nome da sua bancada, que vota desfavoravelmente a apreciação da conta de gerência de 2011. Nomeadamente, a CDU considera que o crescente agravamento do nível do endividamento total do município, cujo valor das dívidas a pagar ascende a 29.1 milhões de €, põe o município em risco de insolvência. A dívida do município a fornecedores, com prazos de pagamento acima do admissível põe em causa o município e a viabilidade económica das empresas e o tecido económico local. -----

Finalmente, a conta de gerência de 2011 apresentada, revela que as previsões orçamentais de receita e despesa global prevista estão empoladas e não refletem a realidade, como se observa pela execução real que fica muito aquém do previsto. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados, **o Sr. Presidente da AMS José Batalha** coloca a proposta a votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Votos a favor 11 (10 MOV. SIM e 1 PS – Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo).

Votos contra 11 (7 PS, 3 da CDU e 1 do PSD). -----

Dado que houve um empate na votação, houve a necessidade do **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, usar o seu voto de qualidade, votando contra, pelo que a prestação de contas do ano de 2011, referente à CMS, foi apreciada desfavoravelmente. -----

Eram 00:30h quando o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS** colocou à consideração dos presentes a continuação da presente sessão. Ficou agendado que, pelos pontos em discussão e pelo adiantado da hora a mesma continuaria no dia 4 de Maio de 2012. -----

O Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS, antes de dar por encerrada a sessão e por uma questão de eficácia, propõe que sejam lidas e sujeitas a votação as minutas da Ata com os pontos já debatidos e votados, o que foi aceite por unanimidade. -----

O Sr. 1º Secretário da AMS Fernando Ramos do PS, passou a ler as minutas da Ata, as quais foram votadas e aprovadas por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, a mesma foi encerrada às 00.40.

CONTINUAÇÃO: (4 de Maio de 2012)

Antes de mais, deve referir-se que esta sessão teve a sua continuidade com as seguintes ausências:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES:

- Carlos Alberto da Silva (PS)
- Miguel Paulo Ferreira Ribeiro (PS)
- José Arcanjo Ferreira Costa, substituído por Maria Conceição F. Palma (MOV. SIM)

CÂMARA MUNICIPAL DE SINES:

- Idalino Sabido José (PS)

Nota: A Sra. Vereadora Marisa Rodrigues esteve presente.

Ponto 2: Apreciação e eventual aprovação do Plano de Pormenor da Zona Poente de Sines.

A **Sra. Vereadora Cármen Francisco do MOV. SIM**, apresentou o Plano de Pormenor da Zona Poente de Sines. -----

Salientou os objetivos principais deste Plano que são, a manutenção do parque de campismo; o reforço da capacidade hoteleira, a requalificação do património edificado e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

desenvolvimento de novas áreas habitacionais que colmatam vazios de ordenamento das ocupações da Rua da Floresta. -----

O Sr. Deputado Carlos Salvador do PS, questionou se não está previsto neste Plano o arruamento da rua da floresta. -----

Por outro lado, propõe que se refloreste a zona do parque de campismo. -----

Ao mesmo tempo congratula-se pela manutenção do parque de campismo, sendo que é um equipamento que faz muito falta a Sines, regozijando-se pelo fato do PS sempre por ele ter lutado. -----

O Sr. Deputado José Félix da CDU, dá início à sua intervenção dando os parabéns aos técnicos da autarquia pela realização deste Plano, que considera bem elaborado e integrado.

Pergunta à CMS se o lote E é posse integral da autarquia e se sim em que data isso aconteceu. -----

Sobre o loteamento G, onde estava a antiga pousada da juventude, pergunta o que se pretende lá fazer. -----

Em relação à zona A, salienta que há uma grande evolução no sentido da reflorestação do local e que isso é positivo. -----

Em relação ao lote B e F quer saber qual a proposta. -----

A Sra. Vereadora Cármen Francisco do MOV. SIM, começa por dizer que o direito de planear é do município, independentemente da propriedade dos terrenos. -----

Quanto à posse do terreno diz que não consegue responder no momento à questão, informando que o técnico da autarquia que podia responder não está presente por motivos pessoais. Ainda assim considera que isso não é o mais relevante para o município. Contudo, diz que o município à data da concessão do parque de campismo tem de ter inteiramente na sua propriedade o lote. Crê que os terrenos são do município. -----

Em relação ao lote G, é um lote que se destinará a um equipamento ainda não definido. -----

Entretanto, o **Sr. Presidente da CMS Manuel Coelho do MOV. SIM**, dá uma primeira nota sobre o documento, salientando que esteve em discussão pública e ninguém colocou questões sobre o mesmo, sobre a posse ou não do terreno por parte da CMS. Numa segunda nota disse que, pretende que este parque seja concessionado, que seja moderno, diferente do antigo, devendo comportar bungalows, uma área para caravanas e uma área mínima para tendas, de modo a enquadrar-se na chamada hotelaria em espaço aberto. Deve ter condições para oferecer um número significativo de camas a funcionar durante todo o ano. Deve ser um bom parque para a cidade, com bom impacto em Sines. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

O Sr. **Deputado José Félix da CDU**, faz mais uma questão, pergunta ao Sr. Presidente Da CMS para quando está previsto o futuro parque urbano da cidade, que estava previsto para aquele local. -----

O Sr. Presidente da CMS Manuel Coelho do MOV. SIM, refere que o novo parque era para ser na Cova do Lago que agora é um terreno de um particular. A CMS dirigiu um doc a direção geral do património dizendo que queria lá fazer o parque de campismo, entretanto po terreno foi colocado a venda pela anterior ministra Manuela Ferreira Leite que vendeu a um privado. Depois disto entendeu-se que era benéfico ocupar aquela área sem o parque de campismo. Agora o que está desenhado no Plano de urbanização de sines é apostar no Plano de pormenor sul para esse parque. -----

O Presidente Batalha não poe em causa o plano, mas questiona a execução do plano em termos financeiros. Nomeadamente, se o município necessita de vender estes lotes para se financiar e assim desenvolver as infra-estruturas. O Presidente da CMS informa que o parque será construído pelo promotor. Ainda assim reconhece que é importante a venda dos lotes.

Não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados, o Sr. **Presidente da AMS José Batalha** coloca a proposta a votação. -----

A proposta foi aprovada por maioria, com 16 votos a favor (10 MOV. SIM e 6 PS). Houve 4 votos contra (3 da CDU e 1 do PSD). -----

O Sr. **Deputado José Félix da CDU**, apresentou uma declaração de voto em nome da CDU. Votam contra porque no seu programa eleitoral a CDU defendia o parque urbano da cidade para aquele local. -----

Ponto 3: Apreciação e eventual aprovação da proposta de adesão do município à rede Small Size. -----

O Sr. **Presidente da CMS Manuel Coelho do MOV. SIM**, explicita a proposta convencionado que é um projeto de interesse e suportável financeiramente pela posição de sines internacional e na Europa. -----

O Sr. **Deputado Carlos Salvador do PS**, diz que o PS não é contra. No entanto, neste acordo podia caber o teatro do mar. -----

A Sra. **Deputada Ana Ramos do MOV. SIM**, refere que este projeto tem muito a ver com os serviços educativos das autarquias para a primeira infância, a educação pela arte, da música, da dança e da expressão dramática. A demonstração é feita em todos os países que são aderentes. O Centro de Artes foi convidado a participar e por isso a CMS intervém. -----

O Sr. **Deputado João Damas da CDU**, diz que por princípio a CDU vota favoravelmente, considerando o programa interessante. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

Mas pergunta porque só agora este documento à Assembleia quando o pedido já foi feito em 2011. Por outro lado, pergunta se não teria sido melhor que os estatutos tivessem vindo em português. Também foi falado que tem um pagamento de 200 euros anuais. Mas em que termos. -----

O Sr. Deputado José Félix da CDU, pergunta como vai ser feita a articulação entre os serviços da CMS e as crianças e qual o seu benefício. -----

O Sr. Deputado Carlos Salvador do PS, vai retirar o que disse relativo ao teatro porque com esta explicação ficou claro que é melhor ser o Centro de Artes a dinamizar. -----

Por fim, o Sr. Presidente da CMS considera é um projeto interessante e que deve merecer a aprovação, até porque não tem custos significativos. É importante como componente da educação. -----

A Sra. Vereadora Marisa Rodrigues do MOV. SIM, esclarece que o custo será de 200 euros a quota, valor que está previsto em orçamento, estimado em 2011. O valor que não está previsto prende-se caso o Município, por exemplo, queira inscrever técnicos para acções de formação, pretenda trazer cá um teatro, etc... Estes custos, que podem acontecer, tem rubricas próprias. -----

O Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS, pergunta aos Srs. Deputados se pretendem intervir sobre este assunto. Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

O Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS, explicita o motivo pelo qual o último ponto da ordem de trabalhos não será discutido, que se prende pelo não cumprimento dos prazos legais. Esta decisão foi tomada na reunião da Comissão Permanente e por unanimidade. -----

A Sra. Vereadora Marisa Rodrigues do MOV. SIM, considera que de fato o município não respeitou o prazo das 48 horas. Não o conseguiu fazer por dificuldades dos serviços. Admite e entende que a Comissão Permanente decida no sentido que decidiu. No entanto, acha que o que escapa à razoabilidade é que sendo discutido numa continuação da Assembleia não possa ser dada a oportunidade de se dar a conhecer aos Deputados a matéria. Muito embora reconheça que este assunto é da competência da AM. -----

Nada mais havendo a tratar neste ponto, o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, entra no Ponto C da ordem de trabalhos. -----

Ponto C – Intervenção do Público. -----

Dado que nenhum elemento do público pretendeu intervir, o **Sr. Presidente da AMS José Batalha do PS**, deu por encerrada a Assembleia Ordinária de 27 de Abril de dois mil e doze, da qual se elaborou a presente ata. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

O Presidente da Assembleia Municipal de Sines

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Batalha', written over a horizontal line.

José Luís Martins Batalha

O 1º Secretário da Assembleia Municipal de Sines

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fernando Miguel Ramos', written over a horizontal line.

Fernando Miguel Ramos

O 2º Secretário da Assembleia Municipal de Sines

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo', written over a horizontal line.

Paula Cristina de Brito Valeira Plácido Ledo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

(ANEXO 1)

Moção PSD

“No Desafio do Desenvolvimento do País, o Distrito de Setúbal afirma “Presente!”

O Turismo é um dos principais sectores da economia portuguesa, pela sua importância ao nível do crescimento e do emprego, tendo o seu peso na economia vindo a crescer nos últimos anos. Portugal é um dos 20 principais destinos turísticos mundiais, mas tem vindo a perder quota para outros mercados;

Portugal ambiciona crescer turisticamente a uma taxa anual de 5%, prevendo-se que em 2015 venham a Portugal cerca de 20 milhões de turistas com o consumo de cerca de 15 mil Milhões de Euro de receitas, o que corresponde a cerca de 15% do PIB e 15% do Emprego;

O Alentejo terá a maior taxa de crescimento anual de 11%, com fundamental importância no Litoral Alentejano;

Na região de Lisboa, o Turismo tem crescido a um ritmo elevado, com uma taxa anual de 6,3 %, acima de destinos concorrenciais como Londres, Paris e Madrid, mas inferior ao de cidades de referência como Praga e Barcelona, **condicionado por limitações na acessibilidade aérea** – recorde-se que a este propósito que Barcelona tem mais ligações aéreas que Lisboa;

Tendo em atenção os respetivos **PLANOS REGIONAIS de ORDENAMENTO do TERRITÓRIO**, o reforço das **Acessibilidades Aéreas** é considerado um dos pilares fundamentais para um desenvolvimento turístico sustentado, a regiões emissoras com maior potencial turístico em cada mercado emissor e, terá grande impacto no crescimento dos fluxos turísticos a curto prazo;

A prioridade deverá ser dada à redução de lacunas ao nível das ligações diretas, permitidas pelo sistema ponto-a-ponto das companhias aéreas **low cost**, entre os principais aeroportos do país e os mercados emissores, que se pretende que contribuam para a redução da sazonalidade, sendo pedra fundamental, e integrante, para um dos sectores mais importantes da Economia Portuguesa, e em particular a Economia do Distrito de Setúbal;

Por outro lado, as tendências mundiais apontam no sentido da **diminuição nos custos de transporte** e no **aumento da despesa com a estadia** – razão motivadora de um investimento inadiável num aeroporto complementar para Lisboa. Neste contexto, o número de ligações aéreas efetuadas por companhias **low cost** assume especial relevância.

O desempenho turístico de Portugal tem sido condicionado por lacunas nas **acessibilidades aéreas**;

As companhias aéreas de transporte **low cost** apresentam menores custos de operação, conseguindo por isso rentabilizar as rotas mais facilmente, principalmente em voos inferiores a 3 horas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

No âmbito do chamado **Ciclo do Turista**, no que se refere às Acessibilidades, verifica-se a tendência para a redução dos custos com transportes, sendo importante para um destino europeu, captar **rotas e bases** principalmente de companhias **low cost**.

Prevê-se que o crescimento do turismo seja dinamizado pelos diversos produtos turísticos, de que se destacam: **City Break** (Lisboa e Península de Setúbal) e **cross-selling** de Lisboa com o Alentejo, aproveitando o contraste do divertimento/desporto com a calma da natureza (Lisboa com Península de Setúbal e Litoral Alentejano). O crescimento deve ser alavancado pelos produtos turísticos: **Touring, Sol e Mar, Golfe e Ecoturismo** (Península de Setúbal e Litoral Alentejano).

Prevê-se que por volta de 2030, o número de movimentos por hora ultrapasse a capacidade aeroportuária da Portela. Como o horizonte temporal para a implementação de uma infraestrutura aeroportuária é longo, urge atempadamente tomar decisões que permitam a sustentabilidade das acessibilidades aéreas na região de Lisboa.

O **PLANO ESTRATÉGICO de TRANSPORTES** apontava já no sentido de se estudar uma alternativa complementar ao aeroporto da Portela, referindo as possibilidades de ser na BA6 Montijo ou no Campo de Tiro de Alcochete, ou ainda o aproveitamento modular do CTA - Campo de Tiro de Alcochete, prevenindo a possibilidade futura de se poder avançar para uma cidade Aeroportuária e Logística integrada.

No final de 2011, o Governo tomou a decisão de nomear um grupo de trabalho para estudar as formas de maximização da capacidade atual do aeroporto da Portela e, ao mesmo tempo estudar a possibilidade de reconverter, para complementar o aeroporto da Portela, uma das bases aéreas militares da região de Lisboa, nomeadamente: BA6 Montijo; BA1 Sintra; Depósito Geral de Material da Força Aérea de Alverca, admitindo ainda as eventuais hipóteses da BA5 de Monte Real e, do aeroporto de Beja. Foi dado a este grupo de trabalho o prazo de 90 dias para apresentar o referido estudo.

Uma análise global ao aeroporto do **Montijo** permite afirmar que a sua situação atual é a que reúne melhores condições para acolher esta infraestrutura, não só porque possui um conjunto de características intrínsecas que se constituem como pontos fortes muito importantes para um aeroporto deste tipo, mas também atendendo à sua localização na medida em que as acessibilidades e meios de transporte a cidades vizinhas estão bem consolidados.

A base aérea do Montijo possui o Aeroporto Complementar que **permite a maior expansão**, e com o **menor custo**, fator fundamental para a viabilidade económica, na prática de baixas taxas aeroportuárias “exigidas” pelos operadores **low Cost**.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N.º 3 / 2012

(ANEXO 2)

Proposta de “SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO” (CDU)

SAUDAÇÃO AO 1º DE MAIO “DIA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES”

O próximo 1º de Maio, cumpre 126 anos da luta iniciada em 1886 pelos Operários dos Estados Unidos e Canadá que entraram em greve e exigiram o estabelecimento da jornada de oito horas diárias.

Em Chicago os trabalhadores em greve foram impiedosamente reprimidos pela polícia e entidades patronais, muitos dos organizadores da greve foram presos, oito deles foram vítimas de enforcamento, ficando conhecidos pelos “oito mártires de Chicago”.

Estes acontecimentos chocaram o mundo.

Em 1889 o congresso operário de Paris, que contou com dois representantes portugueses aprovou internacionalizar o dia 1º de Maio como “dia internacional dos trabalhadores”.

Em Portugal o estado novo interrompeu estas comemorações, os trabalhadores viveram até ao 25 de Abril de 1974 debaixo de grande repressão, miséria e exploração.

Ao longo destes anos de democracia os trabalhadores foram conquistando e defendendo direitos justos e democráticos.

Conquistaram emprego com direitos, salários dignos, horários respeitadores da vida profissional e familiar, segurança e higiene no trabalho, respeito pelos contratos colectivos e liberdade sindical.

Actualmente, o capital neoliberal, que fabrica crises conforme as suas conveniências, vem exigindo sacrifícios ao povo trabalhador, impondo desigualdades, reduzindo salários e pensões, aumento de impostos, provocando desemprego, pobreza, instabilidade das relações laborais e ataques á escola pública e ao SNS.

Por tudo isto, a CDU saúda o 1º de Maio, legado da justa luta dos trabalhadores na defesa dos seus direitos arduamente conquistados, na convicção de que com a luta do povo, o mundo pode e tem de ser melhor.

Viva os trabalhadores.

Viva o 1º de Maio.